



O TRABALHO VIA APLICATIVOS: EXPONENCIAÇÃO DO VALOR NA ERA FLEXÍVEL-DIGITAL

Work through applications: exponenting value in the flexible-digital age

Crismanda Maria Ferreira*

<https://orcid.org/0000-0002-8794-2273>

RESUMO

O presente artigo trata do trabalho nos serviços de entrega via aplicativo. Objetivamos analisar o que caracteriza essa modalidade de trabalho e seu *boom* como parte da necessidade capitalista de expansão do mais-valor. A metodologia foi baseada em pesquisa documental em notícias da mídia nacional, consubstanciada com pesquisa bibliográfica na literatura especializada que trata dessa forma de trabalho. Os resultados desse estudo revelam que as transformações tecnológicas incidiram sobre as condições do mercado e criaram novos espaços de trabalho que intensificaram a exploração e a precarização. Nesse processo destacamos as longas jornadas de trabalho, a baixa remuneração, a exaustão física, a total desproteção trabalhista, a perda efetiva de parte do tempo de reprodução social e a subsumção dos trabalhadores à ideologia do empreendedorismo.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo. Exploração. Precarização. Trabalho.

ABSTRACT

This article deals with work on delivery services via the application. We aim to analyze what characterizes this type of work and its boom as part of the capitalist need to expand more value. The methodology was based on documentary research via news from the national media, substantiated with bibliographic research in the specialized literature that deals with this form of work. The results of this study reveal that technological changes have affected market conditions and created new work spaces that have intensified exploitation and insecurity. In this process, we highlight long working hours, low wages, physical exhaustion, total joblessness, the effective loss of part of the social reproduction time and the subsumption of workers to the ideology of entrepreneurship.

KEYWORDS

Capitalism. Exploration. Precariousness. Work.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-901. E-mail: crismandafferreira@yahoo.com.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n41p353-366



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Das décadas finais do século XX, ao longo das primeiras do século XXI e nos áridos dias de austeridade de hoje, no Brasil e no mundo, as crises do capital têm significado profundas ameaças e perdas efetivas para a classe trabalhadora. As transformações operadas nas condições de produção e realização do valor, em contexto de economia globalizada, rebatem diretamente nas condições de trabalho. O capital, como a metáfora do “vampiro” feita por Marx (2013), busca sugar cada vez mais trabalho vivo, agora, contudo, utilizando-se do potencial desenvolvimento do “trabalho morto” – das avançadas novas tecnologias, por exemplo -, para valorizar mais-valor.

Estamos, no contexto configurado, “[...] nesse tempo de transição para um novo tempo [...]” (IASI, 2018, p. 11), diante de um modo de produção e de uma forma societária por ele forjado que, de forma intensa e generalizada, tem mercantilizado a vida humana, dando centralidade às relações sociais assalariadas, a propriedade privada burguesa, a acumulação de riquezas e a dominância do valor. Tratando do “[...] espírito do tempo de um tempo carente de espírito [...]”, Iasi (2018, p. 11), filosoficamente aponta que a humanidade foi colocada a serviço da valorização do valor, subordinando todas as formações sociais existentes à rede comum de produção e circulação de mercadorias e dinheiro (LUXEMBURG, 1970).

O capitalismo, universalizado mundialmente, expande o nível de subordinação de todas as esferas – produção e reprodução social - tendo em vista sua necessidade basilar de valorização.

Estamos retomando estas assertivas para iniciar este trabalho porque, ao nosso ver, esta determinação – a necessidade capitalista de expansão do mais-valor – é central para entendermos as novas modalidades de trabalho que surgem na contemporaneidade, que rompem exatamente a fronteira vida-trabalho, sob uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

Neste artigo pretendemos tratar, em particular, de uma nova modalidade: o trabalho nos serviços de entrega via aplicativo. Objetivamos, a partir dos elementos do real, caracterizar e problematizar o *boom* dessa modalidade de trabalho atualmente no Brasil¹.

Este trabalho é parte de nossos estudos realizados ao longo do curso de doutorado em Serviço Social, especialmente durante o ano de 2019, e foi construído, essencialmente, através de pesquisa documental em fontes secundárias (notícias da mídia nacional sistematizadas em matriz analítica de dados), consubstanciada com pesquisa bibliográfica (na literatura especializada que trata dessa forma de trabalho no Brasil e no mundo). Buscamos entender essa nova modalidade de trabalho na perspectiva que a relaciona com as configurações do que Antunes chama de *nova morfologia do trabalho* e, nessa ótica, desvelar sua emergência como parte das novas estratégias capitalistas para valorização do valor. Algumas perguntas são chaves: De que tipo de trabalho estamos falando? Quais as

¹ Esta pesquisa foi realizada no ano de 2019, porém é importante destacar sua atualidade no ano de 2020 e 2021, tendo em vista a expansão desse setor durante a pandemia da COVID-19.

condições de trabalho dos trabalhadores inseridos nesses empregos? Qual a relação entre trabalho em serviços e valorização do valor?

Não é nossa pretensão dar conta de todos os elementos que envolvem essa análise. Porém pretendemos, nos limites objetivos dados nesse artigo, aportar uma contribuição que – no campo dos estudos críticos marxistas – busca entender a realidade do trabalho e apontar suas contradições. O que é, em nossa perspectiva, um desafio teórico e político de todos(as) aqueles(as) engajados(as) na tarefa da crítica e da luta pela emancipação humana.

A MORFOLOGIA DO TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ENTREGA VIA APLICATIVO NO BRASIL

As determinações para entendermos as tendências do mundo do trabalho contemporâneo estão amplamente sistematizadas no extenso quantitativo de estudos e pesquisas que, desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, já afirmavam estarmos diante de uma “[...] nova morfologia do trabalho [...]” (ANTUNES, 2003; 2005; 2013) que responde as novas exigências capitalistas de produção e reprodução social.

Contudo, como nos sinaliza o método crítico de Marx, a história é um constante movimento - é dialética - e novas determinações são incorporadas tanto nas tendências já existentes quanto novas conformações são forjadas a partir do movimento da economia e da política, em outros termos, dos ciclos do capital e da morfologia de organização das classes sociais dele decorrente. Em nossa perspectiva, inclusive, a complexidade da atual configuração do mundo do trabalho nos permite fazer inferência que não mais estamos tratando de “tendências”, mas sim da própria concretude, “do assim está sendo o real”, da situação do trabalho em todo o mundo, obviamente com mediações determinadas pela divisão internacional do trabalho que a particularizam em determinados contextos.

Tomaremos, como já indicamos na introdução, a análise concreta de uma situação concreta: a realidade de milhares de jovens brasileiros submetidos ao trabalho nos serviços de entrega via aplicativos. De qual nova modalidade de trabalho, afinal, estamos falando?

Das mudanças operadas no século XXI, não resta dúvida de que a mais significativa se tratou do aprimoramento das tecnologias da informática e do crescimento desenfreado do uso desses meios no cotidiano das pessoas, principalmente com a popularização dos conhecidos *smartphones*. Se, por um lado, foi possibilitado o acesso instantâneo de informações de todo o globo e em tempo real e o compartilhamento imediato de mensagens que inauguraram um novo patamar de comunicação mundial, por outro lado, do ponto de vista do trabalho, foi rompida a linha já tênue entre tempo de trabalho e tempo de viver, processo que Fontes (2018) denominou de “[...] mercantilização da existência [...]” (FONTES, 2018, p. 33) para tratar da quebra de fronteiras pelo capital na esfera da reprodução social.

As transformações tecnológicas incidiram sobre as condições do mercado de trabalho e criaram novos espaços de trabalho, rebaixando salários e intensificando a *precarização*

estrutural (AMARAL, 2018). É nesse contexto em que o trabalho de serviços via aplicativos se insere.

Duas empresas lideram o mercado das entregas no Brasil: a colombiana Rappi e a brasileira Movile, proprietária do aplicativo Ifood. A primeira, que chegou no país em 2017, tem um faturamento via operação local que cresce 30% ao mês e recebeu investimento de US\$ 200 milhões do DST Global, um dos principais fundos de investimentos do que, na linguagem do mercado, chama-se de “empresas unicórnios”, nome designado àquelas da área de tecnologias avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão ('BIKEBOYS'..., 2019, não paginado). A Movile, por sua vez, recebeu um aporte de US\$ 124 milhões para expandir os negócios no Brasil e em outros países da América (VENTURA, 2018, não paginado). O aplicativo Ifood, do qual é responsável, recebe cerca de sete pedidos por segundo no Brasil e segue crescendo, segundo dados divulgados em agosto de 2019 (GOMES, 2019, não paginado).

O crescimento desses serviços é sustentado pela busca de conveniência ofertada pelo uso das novas tecnologias, assim como pela própria necessidade de inserção no mercado de trabalho em uma conjuntura de crise e de expansão do desemprego. Os clientes, via celular, fazem o pedido, que rapidamente é processado pelos restaurantes, lojas e supermercados e, por fim, cabe aos motoboys e bikeboys realizarem a entrega. Cerca de 15,2 milhões de pessoas são usuárias de serviços online de pedidos no Brasil, afirma o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (GOMES, 2019, não paginado). E os indicadores apontam que o número de trabalhadores-entregadores que utilizam as plataformas como fonte de renda saltou para 271 mil (idem).

A Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike), juntamente com o Instituto Multiplicidade e o Laboratório de Mobilidade Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), traçou um perfil desses trabalhadores dos serviços de entrega. O levantamento, feito através de entrevistas na cidade de São Paulo, concluiu que 75% dos entregadores têm idade entre 18 e 27 anos e pedalam cerca de 12 horas por um salário médio mensal de R\$ 936,00, realizando dez entregas por dia no valor de R\$ 5 cada. O trabalho é realizado todos os dias da semana, sem folgas. E no que se refere aos vínculos com os aplicativos, não há um limite estabelecido: prestam serviços para várias empresas de aplicativo; pegam, de acordo com a pesquisa, entregas do iFood em dois dias da semana e trabalham para o Uber Eats e para o Rappi nos outros dias ou, até mesmo, todas as empresas no mesmo dia ('BIKEBOYS'..., 2019, não paginado).

Podemos observar esses aspectos no relato divulgado na mídia de um entregador da cidade de São Paulo:

Samuel Marques sai às 9h do Capão Redondo para chegar ao trabalho, na Vila Olímpia, por volta das 10h. Vai de bicicleta, com uma caixa térmica de 45 litros nas costas e a meta de só voltar pra casa depois de colocar no bolso R\$ 50 com entregas para os aplicativos em que está cadastrado: Rappi, iFood e Uber Eats. "A gente não descansa", diz o rapaz, que trabalha pelo menos 12 horas por dia e sete dias por semana. Ganha cerca de R\$ 1 mil por mês com a jornada, já descontados os gastos com alimentação e um ou outro imprevisto do caminho, como um pneu furado. 'Não me lembro da minha última folga desde que comecei a trabalhar com isso, um ano atrás. Todas as vezes que sento para assistir à televisão em casa,

penso que poderia estar pedalando e fazendo algum dinheiro’, afirmou ('BIKEBOYS'..., 2019, não paginado).

Além da instabilidade nos trabalhos - principalmente com a ausência de vínculos *formais* com as empresas de aplicativos -, dos baixos salários, das longas jornadas de trabalho e da auto-responsabilização em casos de acidentes que comprometam o instrumento de trabalho (bicicletas ou motos), outro elemento que ganha destaque na configuração desse tipo de emprego é a exaustão física dos trabalhadores. As longas distâncias percorridas, sobretudo com bicicletas, a alta concentração de pedidos em horários específicos – almoço e jantar -, sinalizam o grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores nessa atividade concreta e, por isso, a tendência de *alta intensidade* (DAL ROSSO, 2008) desse tipo de trabalho².

Em que pese os aspectos já elencados, queremos também fazer referência a uma determinação ideológica imbricada no trabalho de serviços via aplicativos. Trata-se da ideia de que *todos podem se auto-empregar e ser seu próprio patrão*, vinculando a inserção precarizada de milhares de jovens no setor de entregas à ideologia do empreendedorismo. O relato divulgado de um trabalhador exemplifica essa questão: “A gente dorme na rua entre uma entrega e outra na madrugada [...] o trabalho é assim. Mas é porque eu quero. Ligo e desligo o aplicativo a hora que quiser. Trabalho sem patrão” ('BIKEBOYS'..., 2019, não paginado).

Percebe-se que, embora submetidos a condições aviltantes de trabalho, alguns trabalhadores assumem o discurso dominante – impulsionado principalmente pela mídia – que constrói uma cultura do trabalho que aponta esse tipo de vínculo como uma oportunidade positiva, ainda que seja uma inserção no mercado marcada pela insegurança e instabilidade.

Esses são os elementos que conformam a morfologia contemporânea do trabalho. Insegurança e instabilidade, conforme Antunes (2018, p. 23), são “[...] traços constitutivos das novas modalidades de trabalho”. O trabalho nos serviços de entrega atende sobremaneira as exigências capitalistas que asseguram a expansão dos chamados *contratos de zero hora*. Na caracterização do autor, “[...] trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados” (ANTUNES, 2018, p. 23). Estamos tratando de uma definição precisa de como está materializado o trabalho nos serviços: quando há demanda basta uma notificação no celular e os trabalhadores devem estar online para atender, devem estar o dia todo disponíveis para entregas, nos diversos aplicativos, sendo capazes fisicamente de percorrer longas distâncias para ganhar salários que não são suficientes para suprir o básico de suas necessidades de reprodução.

Na nossa análise, não temos dúvidas, e por isso afirmamos, que o trabalho é uma atividade vital para todos/as. Porém, como podemos pensar o trabalho em serviços de entrega dadas

² Estamos tomando aqui a definição de Dal Rosso (2008) sobre intensidade laboral. Para o autor, “[...] intensidade são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais” (DAL ROSSO, 2008, p. 23).

as condições em que está materializado? Na forma como é conformado, por exemplo, alicerça o caráter alienante, penoso e aprisionado do trabalho, negando o seu potencial emancipador.

Com novas modalidades, tais como os serviços de entregas via aplicativos, é atualizada uma morfologia do mundo de trabalho atravessada por uma profunda flexibilização e, por consequência, sua implicação mais forte, a precarização do trabalho. Diferentemente daqueles que afirmam as teses acerca do fim do trabalho e sua substituição pelo maquinário-informacional, o que a realidade tem apontado é uma expansão de um “novo proletariado da era digital” (ANTUNES, 2013), impulsionada com as mutações tecnológicas, informacionais e digitais.

É fundamental salientar que, em escala global, esse tipo de trabalho via aplicativos foi expandido no contexto da crise sanitária iniciada com a pandemia da COVID-19 em 2020. Tendo em vista a necessidade de ficarem isoladas em casa e também devido ao fechamento do comércio para conter a propagação do coronavírus, as pessoas passaram a solicitar ainda mais esse tipo de serviço para atender às necessidades da vida doméstica (entrega de refeições, de compras de supermercado, de remédios etc.) e, por sua vez, as próprias empresas passaram a investir no serviço de entregas a domicílio. Diante da demanda, houve um processo de aceleração da digitalização das empresas, essas que passaram a utilizar principalmente as plataformas digitais. Conforme os dados divulgados pela empresa proprietária do aplicativo Ifood, somente em junho em 2020, foram realizados 39 milhões de pedidos, um número impulsionado, sobretudo, por um aumento de 44% nos pedidos para pequenos e médios restaurantes (IFOOD..., 2020, não paginado).

A pandemia da COVID-19, do ponto de vista do mundo do trabalho, trouxe impactos nefastos, pois aprofundou essas formas de trabalho que se utilizam das avançadas tecnologias da informação e comunicação e isso, em sentido prático, tem devastado a força de trabalho em todo o mundo. Os trabalhadores dos serviços de entrega não puderam realizar o isolamento social recomendado pelas autoridades de saúde, porque sem a realização das entregas não teriam a remuneração para suprir suas necessidades de reprodução social. Esses trabalhadores arriscam suas vidas no contexto de disseminação de um vírus altamente perigoso e sequer tem a garantia, por parte das empresas, de equipamentos de proteção e higiene e auxílio em caso de contaminação pelo novo coronavírus.

De um lado, a pandemia do COVID-19 acelerou a transformação digital das empresas, dando mais visibilidade e expansão ao modelo de negócios das plataformas digitais de entregas, de modo a promover um acréscimo nessa atividade econômica, a ponto de destoar das outras atividades ora em declínio. De outro lado, os trabalhadores desse negócio digital, com a alta demanda, tiveram o valor do seu trabalho reduzido e têm suportado, de forma ainda mais potencializada, os riscos inerentes à atividade econômica, especialmente o fardo sanitário de continuar nas ruas, fazendo as entregas para aqueles que estão isolados ou em distanciamento social (OLIVEIRA; SANTOS; ROCHA, 2020, p. 64).

Além disso, os trabalhadores de entrega via aplicativo tiveram uma queda na remuneração se comparado ao período anterior a pandemia, segundo Pesquisa feita pela Rede de

Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho). Esta pesquisa foi feita com 252 pessoas de 26 cidades entre os dias 13 e 20 de abril. Destaca-se que 60,3% dos entrevistados relataram uma queda na remuneração, 27,6% disseram que os ganhos foram os mesmos e 10,3% apontaram que estão ganhando mais dinheiro durante a pandemia (SOUZA; MACHADO, 2020, não paginado).

Outro dado importante diz respeito a questão da raça/cor e gênero dos trabalhadores de entrega durante a pandemia. Divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio COVID-19 (PNAD COVID-19), aponta que a maioria dos trabalhadores ocupados como motoristas, motoboys e entregadores eram homens e negros. Dos 2,1 milhões de motoristas, 94,9% eram homens, dos 271,7 mil motoboys, 97% eram homens e dos 645,9 mil entregadores de mercadorias, 93,9% eram homens. A proporção de negros entre os motoristas em maio de 2020 era de 58,8%, a entre os motoboys de 65,8% e a entre os entregadores de 61,7% (IBGE, 2020 apud MANZANO; KREIN, 2020).

Durante a pandemia da COVID-19, é revelada a manutenção da lógica de lucratividade das empresas, cujo sustentáculo é a desvalorização da força de trabalho, principalmente a força de trabalho negra que, como vimos, é majoritária nesse tipo de trabalho. O estudo feito Remir-Trabalho citado acima, também mostrou que 52% dos trabalhadores trabalham todos os sete dias da semana e 25,4% deles trabalham 6 dias, sendo que foi relatado por 77,4% dos entrevistados que este trabalho é realizado de forma "ininterrupta" (SOUZA; MACHADO, 2020, não paginado).

Considerando essas condições de trabalho, entendemos que as greves dos trabalhadores de aplicativos ocorridas, no ano de 2020, expressaram - mesmo com todas as dificuldades de organização coletiva configuradas a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho -, a resistência daqueles que estão submetidos ao trabalho precário via app e que exigem que seus direitos sejam efetivados e suas reivindicações sejam vistas. Essas paralisações contribuíram para dar visibilidade política aos trabalhadores de aplicativos e as denúncias sobre as condições aviltantes de trabalho oferecidas pelas empresas. Uma visibilidade que, ao fim e ao cabo, foi dada por meio das mídias sociais, dos veículos de comunicação independentes e críticos, da solidariedade e apoio de partidos de esquerda, pesquisadores e representações trabalhistas.

Em suma, a classe trabalhadora está frente à uma ofensiva do capital em que sua própria vida se transforma em fonte de valorização do capital, o *tempo da reprodução* se converte também em *tempo de trabalho*, velhas e novas formas de organização do trabalho se combinam e generaliza-se a proletarização, ampliando sobretudo o setor dos serviços e criando, em uma escala sem precedentes, “[...] uma escravidão moderna da era digital [...]” (ANTUNES, 2013; 2019) que generaliza a informalidade e redefine novas formas de extração do mais-valor, como trataremos teoricamente a seguir.

O TRABALHO EM SERVIÇOS E AS NOVAS ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS DE VALORIZAÇÃO DO VALOR

Iniciaremos nossa discussão neste tópico buscando desvelar o fenômeno explosivo do que Antunes - autor que tomamos como referência central neste artigo - chamou de “[...] novo proletariado de serviços” (ANTUNES, 2018, p. 27). Isso porque entendemos que essa definição explícita, teoricamente, o que estamos aqui querendo discutir: o trabalho de entrega via aplicativos e a relação desse serviço com as configurações atuais da valorização do valor, que longe de negar, atualizam a lei do valor de Marx.

Publicada em 2018, dando seguimento aos estudos já elaborados pelo autor acerca das transformações operadas no mundo do trabalho, a obra *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, atualiza a tese defendida outrora por Antunes (2003) que nega a finitude o trabalho, em outros termos, “[...] que a classe trabalhadora estaria em fase terminal” (ANTUNES, 2018, p. 27). Defendemos neste trabalho, assim como fez o autor, que as tendências expressas na realidade social contraditaram essa propositura. Isso porque o trabalho continua sendo a base que sustenta o modo de produção capitalista (através de sua exploração) e, como questiona o sociólogo:

Se a ideia era no mínimo bastante problemática nos países do Norte, como deixar de considerar o monumental contingente de trabalho existente no Sul, em especial em países como a China, a Índia e tantos outros asiáticos de industrialização recente? Ou ainda no Brasil, no México, entre outros exemplos latino-americanos dotados de grande contingente de força de trabalho? Ou na África do Sul, com sua simbiose explosiva entre classe e raça/etnia? (ANTUNES, 2018, p. 27).

Afirmar a atualidade do trabalho, no entanto, não é negar que novas mediações são forjadas no mundo do labor, em especial, frente as metamorfoses significativas operadas com a introdução das tecnologias informacionais-digitais. São dadas novas dimensões e configurações à teoria do valor trabalho de Marx: “[...] menos do que perda de relevância da teoria do valor, estamos vivenciando a ampliação de suas formas, configurando novos mecanismos de extração do sobretrabalho” (ANTUNES, 2013, p. 27).

Antunes, tentando entender quem é a classe trabalhadora hoje, defende, a despeito de parecer que o operariado industrial - forma clássica herdeira da era taylorista e fordista - vem se reduzindo no mundo, há uma forte *contratendência* no trabalho, explicada pela expansão, justamente, de trabalhadores no setor de serviços, como já mencionamos.

Na síntese dessa *contratendência*, e compreendendo que o que ocorre são processos simbióticos, vejamos: são incorporadas também novas formas de geração de trabalho excedente (com as terceirizações e a informalidade), se expulsa da produção uma parcela significativa de trabalhadores – incluindo jovens qualificados e ultraqualificados -, os fluxos migratórios são expandidos aumentando o contingente de trabalhadores sobrantes nos países (os “descartáveis”, subempregados e desempregados) (ANTUNES, 2018, p. 28).

Com isso, afirma o sociólogo:

Em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautada pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela

informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais (ANTUNES, 2018, p. 31).

Sob a nova morfologia do trabalho, nessa perspectiva, a caracterização de quem é a classe trabalhadora perpassa, necessariamente, a totalidade de assalariados que vivem da venda da força de trabalho, nos mais diversos setores do mercado capitalista (indústria, agroindústria, nos serviços etc.). Não parece mais importar, na definição do autor, se a *classe trabalhadora em sua forma ampliada contemporânea* realiza atividades predominantemente materiais ou imateriais. A centralidade desse debate, hoje, está no entendimento de como o capital conseguiu converter praticamente todas as dimensões da sociabilidade humana em meios para sua valorização, forjando uma relação consubstancial entre o que é produtivo e o que é improdutivo (HUWS, 2014; ANTUNES, 2018).

Travamos em nosso estudo este debate, entendendo que são ampliadas as formas de geração do valor, *pari passu* em que estas são travestidas da *aparência do não valor*. Nestas novas formas e com as novas modalidades de trabalho, nas palavras de Antunes (2018), “[...] deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho online e dos aplicativos, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mercado financeiro e dos negócios [...]” (ANTUNES, 2018, p. 34), como mostramos no primeiro tópico.

Na lógica capitalista contemporânea, as formas atuais de valorização do valor, informalizam e retiram da produção milhares de trabalhadores que se tornam excedentes, desempregados, e que para garantir a sobrevivência em tempos de devastação, assumem o labor flexibilizado e precarizado. A pesquisa de Antunes (2018) aponta que, atualmente, a própria noção do *servir*, de ter trabalho, se tornou um *privilégio* dada a ameaça cotidiana do desemprego. Ademais, se vivencia, com isso, uma intensificação da substituição do trabalho estável – herança da fase taylorista-fordista –, pelos diferentes modos de informalidade e formas de trabalho desprovidas de direitos.

Para análise do trabalho de serviços de entrega por aplicativos, podemos tomar como base a abordagem que o autor faz sobre o trabalho *uberizado*, por exemplo, no qual: trabalhadores arcam com a manutenção do meio de transporte, da alimentação e limpeza, enquanto o aplicativo – uma empresa privada global que lucra milhões disfarçada sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do valor gerado sem preocupações com deveres trabalhistas (ANTUNES, 2018).

Forja-se, a partir da incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação, um suporte que amplia a *subsunção real do trabalho ao capital* (MARX, 2013). E, como defende Antunes (2018), nas novas empresas flexíveis e digitais, os *intermitentes globais* se expandem, ao passo em que também é crescente a quantidade de força de trabalho que se torna excedente, sem trabalho e sem acesso aos direitos por ele até então garantidos.

Ao fim e ao cabo, essa classe trabalhadora tem sido chamada de *infoproletariado* (ANTUNES; BRAGA, 2009; ANTUNES, 2013). Se inicialmente esta foi uma definição pensada para analisar o trabalho de jovens inseridos em empregos precários em empresas de telecomunicação, hoje nos serve de aporte explicativo também para o trabalho através dos

modernos aplicativos desenvolvidos e popularizados em todo o mundo. Não se trata, obviamente, de uma *nova classe*. A definição evidencia:

[...] uma nova condição de assalariamento no setor de serviços, um segmento do proletariado não industrial, sujeito à exploração de seu trabalho, desprovido do controle e da gestão de seu labor, e que cresce de maneira exponencial desde que o capitalismo deslançou a chamada era das mutações tecnológico-informacional-digitais (ANTUNES, 2013, p. 23).

Esses trabalhadores, sob essa nova morfologia que amplia e diversifica a classe trabalhadora, são incorporados nas novas estratégias capitalistas de produção e reprodução social, participando cada vez mais do processo de geração e valorização do mais-valor. Como já dissertamos, as fronteiras para valorização do valor estão amplamente rompidas e nos parece que a *precarização estrutural* – do trabalho e da vida – se materializa como tendência mundial em nome da valorização do capital.

As novas estratégias de dominação capitalista, como nos sinaliza Fontes (2018) através do que chama de expropriações contemporâneas, “[...] retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital” (FONTES, 2018, p. 33). Em outros termos, o mercado capitalista se expande e mercantiliza a própria existência humana, subordinando-a a sua dinâmica comum, cujo objetivo central é a produção de mais-valor.

[...] a própria dinâmica social esmaga os trabalhadores e o conjunto da vida social. Não os esmaga apenas pela imposição de jornadas exaustivas e pelo disciplinamento que exerce. Também por reiterar permanentemente que os seres sociais podem ser dispensáveis, meras peças de um ‘sistema’ que lhes escapa e à qual são obrigados a dobrar-se. O sentido social da existência esvai-se, e instaura-se enorme sofrimento psíquico, que atinge empregados, desempregados, semiempregados. Todo o conjunto da vida social é impelido a assegurar a continuidade da reprodução expandida do capital, erigido em condição de existência de todos, acima de tudo e haja o que houver (FONTES, 2018, p. 41).

A expansão do trabalho em serviços, em especial do trabalho de milhares de trabalhadores entregadores de aplicativos, o *precariado flexível*, no qual se deve estar disponível por quase todo o dia, em finais de semana e feriados e recebendo baixa remuneração, indica a desvalorização da vida em prol de uma valorização do capital que se apropria até mesmo da reprodução social da classe que vive do trabalho. O capitalismo conseguiu mais do que nunca, no século XXI, “[...] a redução da existência humana à força de trabalho, dependente do mercado para sobreviver” (FONTES, 2018, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese dessa reflexão nos leva a particularidade assumida pelo trabalho no século XXI. Como vimos, o capitalismo contemporâneo tem adensado os processos responsáveis pela sua manutenção e universalização, nos países centrais e, principalmente, naqueles de economia periférica, como é o caso do Brasil. Ao tratar de processos, estamos, necessariamente, nos referindo às formas de trabalho e exploração, cuja finalidade é a valorização do capital. Afinal, como vem afirmando há tempos os teóricos da tradição marxista, é o trabalho e sua exploração que sustenta o capitalismo.

Na busca de expansão da acumulação neste modo de produção, e como resposta à crise capitalista, uma morfologia do trabalho particular é conformada e, com essa, surgem novas modalidades de trabalho que tem como base a flexibilidade e informalidade. Se, do ponto de vista do desenvolvimento das tecnologias, adentramos em uma plena era da *informatização*, do ponto de vista do trabalho, esta tem sido caracterizada pela *informalização* do labor (ANTUNES, 2018). Uma contradição que, ao nosso ver, é própria do capitalismo e reitera a noção de *modernização conservadora* (OLIVEIRA, 2013), no qual o arcaico se reproduz no moderno. De um lado, temos a mais moderna tecnologia, do outro, trabalhadores submetidos a condições aviltantes de trabalho, diante da instabilidade e ausência de direitos.

Neste artigo, discutimos, em especial, o trabalho no setor de serviços de entrega via aplicativos - setor que tem agregado um contingente crescente de trabalhadores(as) no país e que se expandiu, nos últimos anos, a partir da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação. Como vimos, no ano de 2020, particularmente, essa modalidade de trabalho ganhou impulso devido a demanda por serviços de entrega no contexto da pandemia da COVID-19, o que contribuiu para uma situação ainda mais agravante do ponto de vista dos dados acerca desse trabalho.

A partir desse estudo, ainda que de caráter introdutório, é possível evidenciar que, no contexto que se ergue, cuja tônica é o crescimento do desemprego e a proletarização de parcela significativa da classe trabalhadora jovem e qualificada, milhares de trabalhadores se submetem a este tipo de vínculo precário. Entre as condições de trabalho que demarcam a precarização, destacamos: as longas jornadas, a baixa remuneração, a exaustão física relacionada a intensidade laboral, a total desproteção trabalhista frente a ausência de estabilidade - e os direitos por ela assegurada -, e, por fim, a perda efetiva de parte do tempo de reprodução social, uma vez que nestes empregos, sobretudo com o advento dos contratos zero hora, tem-se que ter uma total disponibilidade para atender as solicitações dos aplicativos, em qualquer horário por uma notificação via celular. Compreendemos o tempo de reprodução da força de trabalho como sendo o tempo necessário para “[...] provisão das necessidades físicas, materiais e emocionais, que se particularizam ao longo do ciclo da vida e das contingências inerentes à condição humana” (FERREIRA, 2017, p. 20). Esse tempo de viver, de estar com a família, de lazer, de alimentação e até mesmo de dormir, é apropriado pelo capital, pois esses trabalhadores ou ficam disponíveis por grande parte do dia para realizar o trabalho nos aplicativos ou não garantem uma remuneração mínima para suprir as condições de sustentação de sua existência.

Ademais, podemos salientar a própria subsunção de parte dos trabalhadores à ideologia do empreendedorismo, alguns entendendo, ainda que submetidos a condições desgastantes de trabalho, que estes empregos desprotegidos, seriam a chance de ser tornar seu *próprio patrão*. Essa última determinação, principalmente, relaciona-se às novas estratégias de subordinação e controle da força de trabalho, tendo como marca a noção de *cidadão-empendedor*, que, ao individualizar a responsabilidade pelo acesso ao trabalho, tenta esvaziar as contradições estruturantes deste modo de produção.

Feita essa discussão, pode-se, então, falar de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto? O aplicativo é a forma de subsunção do trabalho vivo ao capital, esgotando o corpo

portador da força de trabalho que se descola pelas longas vias, por longas jornadas, dias a fio, ininterruptamente. A entrega é a unidade de remuneração, caracterizando uma nova roupagem do salário por peça que, como lembra Marx (2013), exponencia a exploração, pois leva o trabalhador(a) a estender sua jornada de trabalho a fim de aumentar a renda. A tecnologia gera, portanto, mais apropriação de tempo e capacidade de trabalho.

Trazemos à tona, portanto, o que o tempo atual – configurando essa morfologia do trabalho –, engendra de novo. Utilizando-se cada vez mais do que há de mais moderno, o capital busca incessante e destrutivamente valorizar valor. Tem mostrado, para isso, sua face mais cruel. Destroi qualquer traço mínimo de *humanidade* que já não lhe é própria. A saída, não temos dúvida, é – e aqui tentamos fazer – evidenciar as contradições e contribuir para uma politização, de sentido classista, dos trabalhadores(as) que necessitam, mais do que nunca, resistir diante da barbárie que se instala.

As resistências construídas recentemente por esses trabalhadores de entrega via aplicativos, demonstram que – mesmo em uma conjuntura de negação da política e de uma profunda crise ideológica e de organização das representações históricas da classe trabalhadora, tais como os sindicatos –, é possível pensar, ainda que com muitos limites, formas de mobilização que denunciam a perversidade configurada do ponto de vista do trabalho no capitalismo atual. Outrossim, essas resistências expressam que é possível construir alternativas que possam resgatar, inclusive, o potencial de luta da classe que vive do trabalho.

Compreendemos que, mesmo sendo diversos(as) e, por isso, carregando inúmeras particularidades de gênero, raça, geração, sexualidade, entre outros, somos classe trabalhadora e cabe a essa classe lutar para construir um mundo sem desigualdade, no qual a lógica de mercantilização da existência humana será substituída pela plena emancipação de todos(as).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549/15689>. Acesso em: 28 NOV. 2019.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

'BIKEBOYS' rodam 12 horas por dia e 7 dias por semana para ganhar R\$ 936. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/ultimas/2019/09/bikeboys-rodam-12-horas-por-dia-e-7-dias-por-semana-para-ganhar-r-9.html?fbclid=IwAR3sPsotqhOOkxsXgXkoBRoRp7LojjQFBlgmUbks4cBIVURBgY7lpNICa1g>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GOMES, H. S. Haja fome! iFood recebe mais de 7 pedidos a cada segundo no Brasil. **Tilt UOL**, São Paulo, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/08/29/haja-fome-ifood-recebe-mais-de-7-pedidos-a-cada-segundo-no-brasil.htm?>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, Salvador, 2014.

IASI, Mauro. O espírito do tempo de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra. **Que política social para qual emancipação?** Brasília: Abaré Editorial, 2018. p. 11-30.

IFOOD chega a 39 milhões de pedidos por mês durante pandemia. **Terra**, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/inovacao/ifood-chega-a-39-milhoes-de-pedidos-por-mes-durante-pandemia,oa8co6d3ac63f6d8a9adb7d062c73b02lrwonpma.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-acumulac3a7c3a3o-do-capital-rosa-luxemburgo.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. **Remir Trabalho**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo: 2013.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; SANTOS, Tácio da Cruz Souza; ROCHA, Wendy Santos. Os entregadores das plataformas digitais: controvérsias judiciais, autonomia, dependência e controle. **Revista Direito**, Brasília (DF): UnB, v. 4, n. 2, p. 63-84, 2020.

SOUZA, F.; MACHADO, L. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. **BBC News Brasil**, São Paulo, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>. Acesso em: 18 jan. 2021.

VENTURA, F. Dona do iFood vale quase US\$ 1 bilhão após rodada de financiamento. **Tecno Blog**, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://tecnoblog.net/250892/movile-dona-ifood-quase-us-1-bilhao/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Crismanda Maria Ferreira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFPE. Desenvolve pesquisa no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET/UFPE).
